

É preciso começar lembrando o que está escrito no relatório “Water for People, Water for Life”, que 23 agências da ONU prepararam para o Fórum Mundial da Água em 2002: “Entre todas as crises sociais e naturais que o ser humano enfrentará, a crise da água representa o centro da questão da nossa sobrevivência e do planeta Terra.”

A crise na verdade já está em processo: neste momento, cerca de 1,1 bilhão de pessoas no mundo não têm acesso a água de boa qualidade e 2,4 bilhões não dispõem de saneamento básico. Na América Latina são 6% da população que não dispõem de água de boa qualidade; mas na África são 27%, na Ásia 65%.

É um quadro que tende a agravar-se. Porque hoje 2 bilhões de pessoas no mundo não dispõem de energia elétrica e a água poderá ser fonte para supri-las, já que suas fontes tradicionais nas biomassas naturais estão se esgotando. Hoje, 80% da energia nos países ditos em desenvolvimento provêm de biomassas.

Além disso, até 2050 pelo menos mais 3 bilhões de pessoas se somarão aos atuais 6,1 bilhões que povoam a Terra. Uma grande parte\desses novos contingentes se somará às populações urbanas, que já estão crescendo, serão 60% do total em 2030 e consumirão mais água do que nas zonas rurais.

Crescerá também o consumo de alimentos. Em 2015, os países ditos em desenvolvimento importarão quase 200 milhões de toneladas anuais de alimentos, que chegarão a 265 milhões de toneladas em 2030. Será necessária muito mais água para produzir esses alimentos.

Segundo o relatório das 23 agências da ONU já mencionado, produzir um quilo de carne bovina exige em média, computados todos os usos, cerca de 15 mil litros de água; um quilo de carne suína, 6 mil litros; um quilo de cereais, 1.500 litros; de frutas cítricas, 1.000 litros; de óleo de palma, 2 mil litros; um quilo de batatas, 1.000 litros.

Mais agricultura significa também mais irrigação, mais uso de água. E irrigação, em certos lugares, pode significar sair da pobreza. Na Índia, as áreas não irrigadas têm 69% de habitantes pobres, enquanto nas irrigadas eles são 26%.

Para a ONU, a crise da água no mundo é essencialmente de má gestão do recursos, que decorre de vários fatores: instituições inadequadas; instituições fragmentadas e sobrepostas, além de conflitos entre instituições que cuidam de áreas a montante e outras que cuidam a jusante dos mananciais. A governabilidade fraca contribui poderosamente para esse quadro.

Supera-lo exige uma série de condições: participação de toda a sociedade; transparência; equidade; coerência; confiabilidade; integração; e ética. Um conjunto extremamente difícil de reunir nestes tempos de crise civilizatória que enfrentamos – e do qual falaremos mais adiante.

E da água total disponível no mundo, a agricultura usa 70%, a indústria 22% e o uso doméstico fica com 8%. Mas essa distribuição varia por regiões. Nos países industrializados, a agricultura só usa 30%, enquanto a indústria fica com 59% e o consumo doméstico com 11%. No restante do mundo, a agricultura usa 82%, a indústria 10% e o consumo doméstico é de 8%.

Hoje, a humanidade já retira anualmente uns 8% da água potável total que se renova.

Os números brasileiros são um pouco diferentes, como se verá.

Também a disponibilidade de abastecimento de água e redes de esgotos varia muito geograficamente. Na África, 42% dos domicílios têm abastecimento de água; na Ásia, 78%; na América Latina e Caribe, também 78%; na Oceania, 75%; na Europa, 92%; e na América do Norte, 97%.

Também na disponibilidade de redes de esgotos, as diferenças são muito grandes. Só 18% dos domicílios africanos contam com elas, contra 43% na Ásia, 35% na América Latina e Caribe, 16% na Oceania, 89% na Europa e 93% na América do Norte.

A ONU calcula que para cumprir o compromisso de universalizar o abastecimento de água e redes de esgotos seria necessário atender a mais 342 mil pessoas a cada dia, até 2015. Mas a própria ONU já tem dito que a meta não será atingida. Longe disso.

Recente relatório da Organização para a Alimentação e a Agricultura da ONU mostrou que a cada ano chegam aos oceanos, levadas pelos rios, 100 milhões de toneladas de fertilizantes, que estão acentuando rapidamente a eutroficação das águas. E no seu processo de envelhecimento, esse material, na trajetória para o fundo dos oceanos, contribui poderosamente para o desaparecimento da biodiversidade marinha.

A cada dia, 500 quilômetros cúbicos de água são poluídos pela deposição de esgotos sem tratamento. E\cada litro poluído polui mais 8. Não por acaso, 50% da população pobre dos países ditos em desenvolvimento depende de fontes de água poluídas.

Não espanta, por isso, que em 2.000 morreram 2.213.000 crianças no mundo vítimas de doenças veiculadas pela água – diarreias, infecções intestinais, além de 1 milhão vitimadas pela malária.

Todos esses fatores levam à previsão da ONU de que em meados deste século pelo menos 2 bilhões de pessoas em 40 países sofrerão com a escassez de água. Mas poderão, dependendo das circunstâncias – e do comportamento humano – 7 bilhões em 60 países.

Não é muito diferente do que está acontecendo entre nós. Para ficar apenas no noticiário das últimas semanas, o Sul do país enfrentou a mais grave estiagem de que se lembram seus habitantes, com perdas de até 60% nas safras, racionamento de água para um milhão de pessoas na Grande Porto Alegre, centenas de municípios em estado de emergência ou calamidade. Não muito diferente do que acontecia na mesma hora em centenas de municípios nordestinos.

A estiagem sulina terminou também de forma trágica. Para citar só um exemplo, em São Miguel do Oeste, Santa Catarina, caíram 6,2 milímetros de chuva durante todo o mês de fevereiro; em três dias no início de abril, foram 232 milímetros, algumas vezes a média tradicional para todo o mês.

No Centro-Oeste brasileiro, um veranico extemporâneo já levou à perda de pelo menos 15% das safras de grãos. Mas pode ser mais.

Em São Paulo, lembrando apenas o noticiário da semana passada, Taboão da Serra choveu em duas horas 97,8 milímetros, quando a média mensal é de 76 milímetros. Em Ubatuba, foram 276 milímetros em 17 horas. Em Caraguatatuba, 98 milímetros em 12 horas. Na capital paulista mesmo foram 90 milímetros só numa madrugada, quando a média do mês de abril estava em 76 milímetros. Queixou-se o prefeito de que choveu numa noite o que costumava chover em 40 dias.

Vale a pena aí, lembrar um cálculo que já foi feito pelo prof. Ladislau Dowbor: se cair uma chuva de 100 milímetros – que está se tornando freqüente – sobre todos os 1.500 quilômetros quadrados do município de São Paulo, serão 150 milhões de toneladas de água que cairão sobre um solo quase todo impermeabilizado, com a água sem poder infiltrar-se e tendo de correr para o fundo de vales de rios já assoreados, que não suportam nem mesmo o seu próprio fluxo.

Os relatórios científicos mais recentes não têm dúvida em afirmar que o quadro vai se agravar, com o aumento progressivo da temperatura da Terra. Ela já subiu nas últimas décadas 0,8 grau Celsius e pode elevar-se entre 1,4 e 5,8 graus até o final deste século, segundo o IPCC, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. As consequências serão inundações mais fortes, secas mais intensas, desastres naturais mais graves, aumento progressivo do número de mortes, que já é assustador. Elevação entre 8 e 88 centímetros no nível do mar, com risco de inundações nas áreas costeiras onde vivem 40% da população mundial. Mais de 90 países têm mais de 10% de suas populações vivendo em áreas de alto risco de mortalidade em função de desastres naturais.

Convém lembrar que 90% dos chamados desastres naturais estão relacionados com a água. As vítimas de inundações no mundo representam metade do total das vítimas desses fenômenos e 15% das mortes.

Também o segundo problema – insustentabilidade dos padrões de produção, consumo e renda no mundo – tem conseqüências na área que estamos examinando, dos recursos hídricos. Os relatórios recentes sobre a situação do mundo dizem que para atender às necessidades de alimentos da população que cresce no mundo haverá um aumento de pelo menos 14% na demanda de água para a agricultura. Com o agravamento dos conflitos pelo uso, entre países e regiões – que já são muito graves. E não apenas no que diz respeito a recursos hídricos.

Hoje, dizem vários relatórios internacionais – do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – o PNUD -, do PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), do WorldWatch Institute, do WWF – que já estamos consumindo mais de 20% além da capacidade de reposição da biosfera planetária. E o déficit aumenta 2,5% ao ano.

Para complicar, quase 80% do consumo, assim como da produção e da renda no mundo, concentram-se nos países industrializados, que têm menos de 20% da população mundial. Se todas as pessoas consumissem como norte-americanos, europeus ou japoneses, dizem esses relatórios, precisaríamos de mais dois ou três planetas como a Terra.

E tudo em função da concentração da renda, que também está concentrada em 80% do total nesses países. As três pessoas mais ricas do mundo, juntas – diz o PNUD - , detêm o equivalente ao Produto Bruto anual dos 48 países mais pobres, onde vivem 600 milhões de pessoas. 257 pessoas com ativos superiores a um bilhão de dólares, cada uma, juntas têm o equivalente à renda anual de 45% da humanidade, 2,7 bilhões de pessoas.

Na Conferência de 1992, no Rio de Janeiro, ao votar-se a Agenda 21 mundial, os países desenvolvidos assumiram o compromisso de aumentar de 0,36% de seu produto bruto anual para 0,70% sua ajuda aos desenvolvimento nos demais países. Chegar-se-ia a 120 bilhões de dólares, que, somados a 480 bilhões dos próprios países receptores, somariam 600 bilhões de dólares anuais, que permitiriam resolver todos os problemas mais graves. Uma década depois, na África do Sul, mostrou-se que a ajuda havia caído de 0,36% para 0,22% na média e para 0,1% nos Estados Unidos.

Não se avançou, evidentemente. A situação até se agravou. Porque os países pobres pagam hoje mais de um bilhão de dólares por dia para rolar sua dívida externa.

Vamos voltar ao Brasil e à questão dos recursos hídricos. Segundo o livro “Águas Doces no Brasil”, coordenado pelos professores Aldo Rebouças, Galizia Tundisi e Benedito Braga, temos no país uma vazão média de 177.900 metros cúbicos de água por segundo, distribuída de forma desigual pelo território;

12 128.900 metros cúbicos por segundo, 72% do total, na bacia amazônica;

3.040 ou 1,7% na bacia do São Francisco;

3.170 ou 1,8% no Paraíba do Sul;

11.200 ou 6,3% na bacia do Paraná;

1.340 ou 0,7% na bacia do Paraguai;

e 4.040 metros cúbicos por segundo na bacia do Uruguai.

Mas, segundo o prof. Aldo Rebouças, Pernambuco é o único Estado brasileiro em situação crítica, com consumo superior a 20% da disponibilidade média.

O quadro que relaciona potencial hídrico, disponibilidade por habitante, utilização média e nível de utilização é este:

Estado	potencial em km³/hab/ano	disponibil. m³/hab/ano	utilização m³/hab/ano	% utilizado
Amazonas	1.848	773.000	80	---
Pará	1.124,7	204.491	46	0,02
Ceará	15,5	2.279	259	10,63
Pernambuco	9,4	1.270	268	20,30
Bahia	35,9	2.872	173	5,71
Minas Gerais	193,9	11.611	262	2,12
São Paulo	91,9	2.209	373	12,00
Paraná	113,4	12.600	189	1,41
Rio Grande Sul	190	19.792	1.015	4,90
BRASIL	5.610	35.732	273	0,7

É preciso considerar ainda que o Brasil dispõe de 839.802 quilômetros quadrados dos 1.195.220 do Aquífero Guarani, dos quais 155.800 km² no Estado de São Paulo. O Aquífero tem cerca de 48.000 quilômetros cúbicos de água. Em 70% de suas áreas a água está a menos de 500 metros de profundidade, com possibilidade de utilização – se se conseguir equacionar corretamente as questões de reposição e de poluição em função principalmente de agrotóxicos infiltrados, que a Agência Nacional de Águas está estudando.

Apesar da relativa abundância de água, cerca de 12% do fluxo superficial planetário, o Brasil ainda tem graves problemas na questão do saneamento básico e do abastecimento de água. As estatísticas nessa área são sempre conflitantes. Mas de modo geral o quadro era este em 2000:

Déficit Oeste	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-
Água	24,07	35,23	21,74	6,47	9,38	20,29
Esgotos	62,17	98,78	86,78	29,55	82,15	66,73

Têm-se calculado em R\$180 bilhões os investimentos que seriam necessários para universalizar o abastecimento de água e as redes coletoras de esgotos em todo o país, cerca de 9 bilhões de reais por ano. Mas estamos longe de cumprir as metas.

No ano passado, uma portaria do Conselho Monetário Nacional impediu novos empréstimos nessa área ao setor público, o maior tomados de recursos para projetos nas áreas de água e esgotos. E\desde junho de 2004 nenhum empréstimo foi aprovado. R\$3,3 bilhões previstos para serem contratados estão encalhados. “Estamos de mãos atadas”, tem dito o secretário nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, Abelardo Oliveira.

Segundo os jornais, cortes no orçamento federal e decisões da área econômica do governo impedem a liberação de mais de 80% dos investimentos federais para essa área previstos no orçamento de 2005.

Se fossem disponibilizados os recursos previstos no orçamento federal, no FAT e no FGTS, seriam R\$6,1 bilhões. Mas só R\$988 bilhões foram disponibilizados.

A irrigação, além disso, tem contribuído fortemente para a erosão dos solos, calculada hoje em 200 milhões de toneladas de solo por ano – com alto custo de reposição da fertilidade por insumos químicos. E altos custos na degradação de bacias hidrográficas. Em certas áreas, a erosão fica entre 6 e 10 quilos de solo perdidos por quilo de grãos produzido.

Nas culturas de feijão, as perdas anuais com erosão são hoje calculadas em 16,3 milhões de toneladas por ano. No milho, 15,4 milhões de toneladas. Na soja, 10,7 milhões. No algodão, 9,66 milhões. No arroz, 6,80 milhões. Na cana de açúcar, 26,88 milhões. Nas pastagens, 4 milhões de toneladas anuais.